

Produção mineral do Paraná bate recordes e alcança R\$ 2,65 bilhões, aponta informe do IAT

10/09/2025

Desenvolvimento Sustentável

A produção mineral paranaense quebrou recordes no ano passado. O valor total comercializado dos minérios no Estado em 2024 foi de R\$ 2,65 bilhões, um aumento de 8,7% se comparado com os R\$ 2,44 bilhões de 2023. Entre os destaques do período estão a quantidade comercializada, que passou de 71,99 milhões de toneladas para 73,46 milhões de toneladas (incremento de 2%), e o preço médio do minério comercializado, que foi de R\$ 32,78/t para R\$ 34,53/t (elevação de 5,4%).

As informações constam no [4º Informe Mineral de 2025](#), divulgado nesta quarta-feira (10) pela Divisão de Geologia do Instituto Água e Terra (IAT), autarquia vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest).

Em crescimento desde 2018, a produção mineral no Paraná atende principalmente a demandas da construção civil e do setor agrícola. Os principais bens minerais produzidos no Estado são os agregados areia e brita e as rochas carbonáticas calcário e dolomito, usados para a produção de cimento, cal e corretivo agrícola. Esse conjunto de materiais respondeu por 90,8% da quantidade e 84,4% do valor da produção mineral comercializada em 2024.

Foi essa produção de rochas carbonáticas que permitiu que o Paraná produzisse 7,36 milhões de toneladas de cimento (11,2% da produção nacional) e 8,49 milhões de toneladas de corretivo agrícola (14,2% do estoque nacional). Além disso, foram consumidas no Estado 4,71 milhões de toneladas de cimento (7,3% do consumo no País) e 5,13 milhões de corretivos agrícolas (8,6% do mercado nacional). O restante da produção foi exportado – 2,65 milhões de toneladas de cimento e 3,36 milhões de toneladas de corretivo agrícola.

Além de agregados e rochas carbonáticas, outras substâncias importantes produzidas no Paraná incluem argilas usadas na fabricação de tijolos, telhas, pisos, revestimentos e louças sanitárias; talco para a elaboração de cosméticos, fabricação de tintas, borracha, inseticidas, fertilizantes e papel; feldspato, essencial para as indústrias de vidro; a fluorita, aplicada na indústria química

para produção de flúor; a barita, usada na perfuração de petróleo; o carvão mineral para a produção de energia; e o ouro e a prata, usados na joalheria e na indústria de componentes eletrônicos.

- **Parceria entre IAT e criadouro repovoou Parque das Lauráceas com mais de 500 animais**

MINÉRIO X AGRO – O levantamento do IAT também traçou um comparativo entre a produção mineral comercializada do Paraná com a produção agrícola do mesmo ano para estabelecer a dimensão do segmento para a economia estadual.

De acordo com os dados mais recentes disponíveis, em 2023 a produção mineral no Estado foi de 71,99 milhões de toneladas, o que equivale a 84,6% da produção agrícola. Uma proporção similar foi apresentada em 2022, quando as 68,55 milhões de toneladas de minérios foram equivalentes a 97,9% do conjunto agrícola (69,99 milhões de toneladas).

- **200 mil mudas por ano: Estado inaugura novas instalações do viveiro florestal de Ibiporã**

TÍTULOS MINERÁRIOS – A prática da mineração é realizada em áreas concedidas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), após a obtenção da Licença Ambiental junto ao IAT, com a concessão dos chamados títulos minerários, que são autorizações que permitem a exploração dos recursos, com direito legal à pesquisa, extração, processamento e comercialização dos minerais encontrados em uma determinada área.

Em 2024, foram concedidos 2.826 títulos minerários no Estado com possibilidade de lavra (potencial de extração mineral), que correspondem a cerca de 1% do território paranaense. Houve, ainda, o recolhimento da chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por 535 empresas em 193 municípios paranaenses.

- **Operação do IAT contra uso irregular de recursos hídricos gera R\$ 1 milhão em multas**

A atividade resultou na arrecadação de R\$ 36,35 milhões em recursos do CFEM. Deste montante, 60% foram repassados aos municípios afetados pelas atividades, 15% para o Estado e 10% para os órgãos federais.

Os dados completos sobre a economia mineral, incluindo todos os informes e outros documentos relevantes, estão disponíveis no [site do IAT](#).